



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



RIO DE JANEIRO, RJ, 13 DE NOVEMBRO DE 1998

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, meu prezado amigo Marcello Alencar; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Ministro da Marinha; Senhores Oficiais-Generais; Senhores alunos estagiários dos cursos de altos estudos militares,

O Almirante Mauro César disse que esta é, mais uma vez, mais uma reunião em que nos encontramos. Na verdade, é a quarta vez que venho aqui a este auditório e com o mesmo ânimo das primeiras vezes para, de uma maneira direta, franca, mesmo sem ler a conferência que tenho por escrito, falar-lhes sobre o que nós conseguimos fazer, mas, sobretudo, sobre o que nós teremos que fazer, o que nos espera pela frente nesse nosso país.

E como é meu hábito, especialmente neste âmbito, gosto de falar com muita franqueza, da maneira mais simples que puder, de forma direta, para transmitir aos senhores e às senhoras, de corpo inteiro e de alma inteira, o pensamento, os sentimentos, os objetivos, a determinação que me movem, mormente agora, quando o povo brasileiro, mais uma vez, me incumbe de dirigir esse grande país por mais um mandato.

E não há de ser estranho, a quem quer que seja, perceber que uma pessoa que, pela segunda vez, é escolhida por seu povo para dirigí-lo, escolhida por maioria absoluta, sente uma responsabilidade imensa. Sente também que uma tarefa desse porte não pode ser realizada no isolamento. Tem que ser realizada em termos de uma convocação nacional de todos os brasileiros e brasileiras de boa vontade e que tenham uma compreensão dos desafios do Brasil e também a confiança e a certeza de que nós temos, no Brasil, as condições necessárias para avançar, para progredir e para nos situarmos cada vez melhor nesse mundo novo, ao qual já me referi mais de uma vez, aqui mesmo, nesta sala.

E eu começaria, para dar uma certa organicidade à minha exposição, discorrendo sobre a situação em que nós nos encontramos de um modo geral, sobre o nosso relacionamento internacional, e sobre os desafios que temos em termos do enfrentamento que estamos fazendo nas condições do mundo contemporâneo.

Primeiro, o óbvio. Apesar de todas as dificuldades, de todos os ceticismos, nós estamos já, há cinco anos, num processo de estabilização da economia com o Plano Real. Já, o que eu chamo para espicaçar um pouco as cassandas, as carpideiras diárias, que ameaçam com a morte do Plano Real a cada seis meses. Todas as vezes que as situações de dificuldade se apresentam, têm elas a impressão de que é chegado o momento para o golpe fatal. Sem se darem, talvez, conta de que o golpe fatal não é em mim, não é sequer na moeda, que é uma abstração, é naqueles que sustentam a moeda, que é o povo, que terá muito a perder, se nós perdermos o rumo do nosso país.

Mas fomos capazes, todas as vezes, de superar essas dificuldades e seremos, de novo, e me deterei um pouco mais sobre essa última afirmação. Por outro lado, nesses anos passados – a responsabilidade é do país, não é deste governo, vem de outros também – nós conseguimos fortalecer a democracia do Brasil. Isso é indiscutível.

Nós conseguimos não apenas estabilizar a moeda, que já é uma coisa em si importante e, portanto, começar a ordenar a vida nacional em termos de previsibilidade, em termos de motivação das pessoas para

uma continuidade de trabalho, mas nós o fizemos e continuaremos a fazê-lo dentro do âmbito da democracia.

Não me refiro apenas àquilo que, no Brasil, já é alguma coisa institucionalizada, há tempo, ou seja, o processo eleitoral. Ainda agora assistimos a 85 milhões de pessoas votarem tranquilamente, num único dia, no Brasil inteiro. Nesse Brasil tão extraordinariamente interessante, desde as comunidades indígenas, lá na Amazônia, até as populações do Sul e do Sudeste, todos votaram com tranquilidade, escolheram quem bem entenderam. E ninguém podia ousar discutir a legitimidade do ato eleitoral. Mas não me refiro apenas a isso.

Nós vivemos um momento de plenitude democrática em muitos sentidos, porque estamos num momento de organização da sociedade no seu conjunto, de organização das demandas da sociedade e até mesmo da aceitação das demandas desorganizadas da sociedade. Num país tão complexo como o nosso, convivemos num clima de liberdade com as instituições republicanas, com a sociedade civil que se organiza, com o Estado que se reaparelha e com os setores que não estão, ainda, suficientemente expressos nessa organização institucionalizada, mas que têm força na dinâmica de desenvolvimentos sociais. E dentro de um clima de irrestrita liberdade de organização, de imprensa, de palavra. Enfim, não creio que haja qualquer reparo a fazer nessa questão.

Mas ainda nesses anos nós estivemos, também, muito preocupados com refazer a nossa ordem social. É inegável que a estabilização da economia, momente nesse clima de desafio democrático cotidiano, não pode se fazer sem que, ao mesmo tempo, se atente para as desigualdades sociais e dentro dos limites do possível, ampliando o possível e tomando em consideração aquilo que é essencial para que nós possamos ter um país que se integre, cada vez mais, e onde a palavra exclusão diminua, crescentemente, em confronto com a inclusão dos muitos que passam a participar de uma forma ou de outra, não apenas do mercado, já em si importante, mas do processo nacional, dizendo o que desejam, reclamando, pedindo, ajustando-se a isso.

Fizemos tudo isso. Mantivemos a nossa visão, no plano internacional, de uma política que é manutenção da paz, que é uma política ativa

do Brasil – e os senhores são partes, são pilares desse processo de sustentação – dos processos de paz.

Ainda recentemente pudemos celebrar aqui alguma coisa que tem um significado histórico especial, que foi o acordo entre o Equador e o Peru. Uma pendência que durava 170 anos. Só na discussão do último tratado, foram 56 anos. E com o trabalho intenso, diplomático, mas também no campo militar, nós conseguimos, progressivamente, fazer com que fossem criadas as condições para um entendimento saudável entre o Equador e o Peru. Foi pela boca dos presidentes desses países que o mundo ficou sabendo do papel essencial que o Brasil desempenhou no fortalecimento desse processo negociador. Nesse sentido, o que aconteceu com a Momep – Missão de Observadores Militares Equador e Peru – que foi a organização militar que nos deu sustentação lá, foi fundamental. E chegamos, finalmente, ao acordo de Brasília.

Ora, nesse conjunto todo, nós estamos extremamente interessados em consolidar a nossa visão de um país que, ao mesmo tempo em que vai resolvendo, progressivamente, seus problemas internos, tem uma presença no mundo internacional. Essa presença se faz sentir de imediato no nosso continente. Presença que não pode ser confundida com uma vocação de hegemonia que não corresponde aos dias que correm, mas que significa uma assunção crescente de responsabilidades pelo peso do nosso país. Peso econômico, peso político, peso demográfico, peso territorial. E nós temos procurado exercer esse papel construtivo, com o conhecimento e com o apoio da sociedade, que é tão importante quanto isso, com a aceitação por parte dos nossos parceiros, dos países que são vizinhos nossos.

Consolidamos o Mercosul. É indiscutível que o Mercosul, hoje, é uma realidade internacional palpável. Nós assistiremos, dentro de breves tempos, aqui no Rio de Janeiro, a um encontro histórico entre a União Européia e o Mercosul, porque nós já assinamos os tratados iniciais da União Européia com o Mercosul. E o primeiro encontro América Latina e União Européia – e depois União Européia/Mercosul – dar-se-á no Rio de Janeiro em meados do próximo ano.

Também mantivemos uma política muito ativa de relacionamento com os demais países sul-americanos, especialmente sul-americanos, não só latino-americanos. E nós estamos expandindo fortemente as nossas parcerias com esses países. Mercosul, América do Sul, ou seja, a nossa vizinhança mais próxima é a destinação imediata da nossa política externa, não no sentido expansionista, que não cabe nos dias de hoje e nem foi nosso anseio, nunca. Mas no sentido da consolidação de laços que permitam aquilo que é essencial para ambas as partes: um desenvolvimento econômico baseado em relações, em que o proveito seja mútuo. E nós temos conseguido avançar nessa direção.

Os senhores e as senhoras são testemunhas dos esforços que o Governo fez nas reuniões havidas em Belo Horizonte, para equacionarmos a questão da Alca, ou seja, da integração hemisférica de maneira adequada. Ou seja, não em substituição ao Mercosul ou à nossa presença ativa no mundo sul-americano, mas em função, primeiro, dessa ordenação, para depois, de uma maneira mais ordenada, e com maior possibilidade de fazermos presentes os nossos interesses, discutirmos, progressivamente, a eventual integração hemisférica.

Isso que lhes digo, aqui, hoje, foram palavras diretas, minhas, ao Presidente Clinton, na sua visita ao Brasil, quando pude sentir sua liderança. Diante dos argumentos que lhe foram apresentados, o Presidente Clinton modificou a política externa norte-americana nesse aspecto, que era, até então, a de imaginar que a Alca deveria substituir o Mercosul para uma compreensão mais adequada do processo de que a Alca só poderia existir se houvesse o coroamento de processos de integração regional, e se nós tivéssemos o tempo necessário suficiente para nos prepararmos para uma integração que, se for feita subitamente, custará vantagens ao nosso setor produtivo. Atuamos, portanto, sempre com uma dupla visão.

Há necessidade de entendermos o mundo contemporâneo, os processos necessários de integração sub-regional, regional e mesmo internacional e, ao mesmo tempo, a defesa consistente dos interesses nacionais e a compatibilização desses interesses que são o que deve, realmente, ser o marco da nossa ação, diante desse quadro, que é um quadro mutável.

Dito isso, eu quero lhes dizer que, nessa mesma linha, é preciso tomar em consideração que estamos em face de um processo global de natureza diferente daqueles que ocorreram no passado: a chamada globalização, que os franceses chamam de mundialização. Essa globalização é um processo, uma palavra forte, irreversível. Se nós remontarmos a história, o Brasil já foi fruto, como nação que se integrou ao mundo, de um primeiro movimento de globalização, que foram as descobertas e a expansão do capitalismo comercial europeu. Nós não existimos, senão no momento de um primeiro desdobramento do sistema produtivo internacional, na direção do capitalismo comercial e da incorporação de terras novas.

Hoje, o processo é outro. Vou repetir o que todos sabem, mas a base desse processo de globalização é uma base de transformação das forças produtivas do mundo, em termos da velocidade dos transportes e das comunicações, que permite um controle a distância e uma redução imensa entre tempo e distância. E quase tudo se processa simultaneamente. Isso modificou fortemente as estratégias produtivas dos grandes conglomerados internacionais e está modificando, agora, as estratégias de comando dos Estados nacionais e as formas de tomada de decisão no plano internacional.

É um processo que, uma vez instaurado pela dinâmica mesma do sistema produtivo, não tem volta atrás, a não ser para uma modificação maior, mais adiante, que é imprevisível nesse momento. Mesmo nos países mais refratários, a globalização por suas ideologias e por suas estruturas econômicas, baseadas num sistema que não é de mercado, acabam por se integrarem a esse processo. E o isolamento hoje, é alguma coisa impensável, senão como forma defensiva e como uma espécie de volta atrás. E atraso, portanto, que condena os países a uma imensa perda de velocidade.

Basta ver o que está acontecendo na China para que se verifique. A própria China entendeu o processo, dentro das suas circunstâncias. E procurando, naturalmente, tomar em consideração suas peculiaridades e o seu interesse próprio, também faz de uma maneira outra forma de abertura. E se outros países não o fazem com mais velocidade, como

Cuba, é porque encontram obstáculos no próprio relacionamento bilateral com os Estados Unidos que, por visões históricas, foram, digamos, fixando, apesar da evolução do tempo, práticas que hoje são antiquadas, como se fossem ainda necessárias.

Mesmo Cuba, embora com essa dificuldade, consegue também, de alguma maneira, atrair capitais e busca até atrair capitais, para que se integre, porque sabe que sem que exista essa integração dificilmente poderá haver progresso econômico, prosperidade e bem-estar da população. A menos que nós quiséssemos imaginar a possibilidade de uma volta atrás, de uma vida que dispense a presença técnico-industrial, o que é impensável.

Entretanto, diante desse processo da globalização, nossa posição não tem sido, nunca, a de imaginar que nós simplesmente devêssemos deixar que as coisas acontecessem. Pelo contrário. Diante de um processo de globalização se faz mais necessária do que nunca a existência de um projeto nacional, de uma visão do país, para que o País possa influir nas decisões em nível global e escolher alternativas e criá-las, se possível. Não é fácil, mas é essa a questão.

No fundo, a questão da globalização poderia ser traduzida em termos de se perguntar se nós queremos uma globalização que mantenha as desigualdades ou uma globalização que evite que essas desigualdades sejam consagradas. É o que está em jogo, a todo instante, nas discussões internacionais, nas discussões – mesmo as mais abstratas – sobre o sistema financeiro. O que está em jogo é a discussão de saber se, ao nos integramos no mundo que se globaliza, vamos nos integrar, estaticamente, numa posição de subordinação, de dependência, ou vamos buscar, como é o nosso desejo, ampliar os nossos espaços de participação, de decisão que possa ser tomada no nosso âmbito e que possa, portanto, beneficiar o conjunto do país.

Essa é a questão fundamental, como creio que já me referi em outras ocasiões aqui, citando até alguém que há pouco tempo era ministro da Justiça da Itália, que foi líder comunista no passado, que dizia, e isso nos anos 80: a questão não é saber se se chegará à internacionalização da produção ou não, é saber se eles vão nos internacionalizar ou se nós

nos internacionalizaremos. Pode parecer um jogo de palavras, mas aí está toda a diferença entre uma atitudeativa, de buscar as oportunidades num mundo que está mudando ou de deixar que aconteçam as coisas de repente, como se nós não acreditássemos que o mundo está mudando ou ficássemos aferrados à idéia de que ele não vai mudar. Mas ele mudou. E ele então acabará por se impor a nós. É fundamental.

Para que possamos enfrentar esse desafio, da preservação dos nossos valores, dos nossos interesses, da nossa política, seja no Mercosul, seja na América do Sul, seja nossa visão sobre o modo como realizar, se realizarmos a integração hemisférica, é fundamental que não percamos de vista que esse mundo que se globaliza, esse mundo no qual dá a impressão de que há predominância do mercado, é um mundo que, ou bem reorganizamos o Estado, e fazemos do Estado um instrumento efetivo, que permita essa ponte entre o passado e o futuro, ou a globalização virá da maneira mais caótica possível.

Ao contrário, portanto, de que geralmente alguns pensam, que o Estado deveria diminuir, o Estado tem é que desinflar. Mas tem que ser estrategicamente mais forte, mais capaz de apontar caminhos e mais eficiente na mobilização das forças nacionais porque muitas vezes elas já estão mobilizadas, na sustentação daqueles elementos que são indispensáveis nessa passagem de um tipo de integração internacional a outro tipo de integração internacional.

É por isso que insisti tanto, nesses últimos anos em que estive à frente do Governo – mesmo quando não estando à frente, estava ao lado de quem governava – no sentido de que nós temos que fazer certas reformas fundamentais. As reformas não são um imperativo simplesmente de equilíbrio fiscal. Elas são imperativo desse processo que requer um Estado mais competente, um Estado mais capaz de realizar coisas, ao invés de consumir os recursos da sociedade, pura e simplesmente, no pagamento de pessoal, no pagamento de aposentadorias, no pagamento das dívidas, que têm sido a nossa cruz nesses últimos tempos.

Daí a importância que se atribui sempre às várias reformas: da administração, da previdência e a tributária. E os senhores são testemunhas das dificuldades que existem para isso. Mas também são testemu-

nhas dos passos dados. E acho uma injustiça dizer-se que o Congresso Nacional não tem colaborado nesse processo. Poderá tê-lo feito postergando decisões, poderá não tê-lo feito com a velocidade que eu mesmo gostaria, mas não posso negar que, com todos esses percalços e fazendo referência ao que disse aqui, essas transformações se dão no quadro de uma sociedade democrática, portanto, negociadora. Não posso negar que o Congresso ao fim, ao cabo, tenha aprovado modificações importantes para a direção de um Estado mais competente, de um Estado no qual possa haver uma sobra de recursos, para que o Estado possa ser, realmente, a sustentação dessa passagem do Brasil para um novo milênio, para uma posição mais afirmativa, mais construtiva de desenvolvimento econômico e progresso social e de melhoria do bem-estar social. Foi por isso que insisti tanto, e continuo insistindo, nas reformas, a da Previdência e as demais.

Não quero cansá-los com números, mas o déficit consolidado e global da Previdência está acima de 50 bilhões por ano. Consolidado quer dizer: a Previdência pública, a privada, a estadual e a municipal. Um país que tem um déficit de 50 bilhões vive de pires na mão pedindo recursos aos banqueiros. E quando o Governo tenta baixar a taxa de juros, chega a um ponto em que eles dizem não. E quando dizem não, não rolam a dívida. E quando não rola a dívida, ou país quebra ou a taxa de juros sobe. E, quando sobe a taxa de juros, as consequências são a diminuição da capacidade de crescimento do país.

Ou eliminamos as causas que nos levam a essa situação de estrangulamento ou vamos ter, a cada ano e meio, dois anos, uma crise aguda. Essa é a razão pela qual – voltarei mais adiante – nós temos que enfrentar, de uma maneira mais decidida, as reformas e as consequências delas, e recuperar a capacidade do Estado brasileiro, de continuar sendo um instrumento fundamental para as transformações que devem ocorrer no próximo milênio.

Claro, além disso, eu queria insistir em que o Brasil, nessa nova etapa, não só vai requerer um Estado com as características que, muito rapidamente, mencionei, que se libere da opressão, da falta de recursos, mas também um Brasil que seja um país capaz de falar uma linguagem

mais consentânea com a linguagem do século atual, ou melhor, até já do próximo século.

Nesse aspecto, o Brasil mudou sensivelmente. Mudou sensivelmente porque se os senhores se recordam, nos anos 70 e mesmo nos anos 80, o Brasil era o exemplo de desrespeito ao meio ambiente. Hoje, o Brasil é um país que tem uma posição nessa matéria, uma posição consistente. Na reunião que houve em Tóquio, e agora em outra que está havendo em Buenos Aires, nos dias que correm, a nossa posição foi afirmativa.

Nós evitamos que houvesse, por parte dos países desenvolvidos, a utilização da questão ambiental para a imposição de barreiras não aceitáveis pelos países em desenvolvimento, como também que houvesse uma espécie de paralisia do progresso do controle dos efeitos negativos da poluição e do descaso com respeito ao meio ambiente, por parte de alguns países que não querem fazer nenhum esforço para controlar as questões ambientais.

Tivemos uma posição construtiva. E, hoje, a posição do Brasil é respeitada. Temos muitos problemas. Sem dúvida alguma—os que aqui vivem no Rio e em São Paulo sabem; mais em São Paulo do que no Rio —, bastam as tremendas dificuldades que há com relação à questão do meio ambiente, a existência de moléstias que são provocadas por questões de meio ambiente. Há muito que fazer, mas a posição oficial do Governo do Brasil mudou radicalmente nessa matéria. Ao invés de termos uma posição defensiva, que teve sua expressão mais grotesca nos anos 70, quando alguém disse: bendita poluição, porque traria fábricas para o Brasil — evoluímos para uma posição hoje que não é de aceitação das imposições de meio ambiente, com uma técnica de implantar barreira não alfandegária ao nosso crescimento econômico, mas que é de, não aceitando essas barreiras inaceitáveis, a de também tomar em consideração que o meio ambiente é alguma coisa fundamental para o futuro da humanidade.

E nós, nesse aspecto — eu vou me referir mais adiante ao tema, outra vez — temos uma preocupação toda especial com a Amazônia, porque a Amazônia é um dos frutos dessa incompreensão internacional. E muitas vezes, também, de uma atitude que foi nossa, de enfiar a cabeça na areia,

em vez de enfrentar os problemas. Isso mudou. Hoje nós temos toda uma ação, ou pelo menos uma valoração do que se chama desenvolvimento sustentável. E mesmo o poder local na Amazônia, que no passado aparecia como um poder glutão, digamos, que desejava comer a selva, hoje é um poder que sabe que a selva faz parte da vida e ela não é impeditiva do crescimento econômico do desenvolvimento, à condição de que se respeitem os limites da Natureza e que, portanto, há a possibilidade de um aproveitamento sadio da Amazônia e que há de ser feito por nós, que não necessitamos, nem de longe, pensar em outros para que se ocupem da Amazônia, com o mesmo cuidado que nós lhe devotamos. Nós temos que, mais e mais, mostrar ao mundo esses cuidados.

De tempos em tempos, como ainda vimos, agora, a questão dos incêndios em Roraima, de tempos em tempos existe a tentativa de mostrar que o Brasil não cuida. Essa tentativa, imediatamente, ganha fóruns internacionais, com enorme repercussão. Mas como o Governo cuida, como cuidou, se pode mostrar, também, o contrário. E aí, outra vez, as Forças Armadas tiveram um papel decisivo na questão do combate ao incêndio.

Nós nos mantivemos muito atentos, como todos sabem. E quando não acontece uma tragédia, a Amazônia sai das manchetes. Mas não aconteceu a tragédia que estava sendo prevista, digamos, que era a queima da parte sul da Amazônia, por causa da estiagem e por causa do *El Niño* e *La Niña*, e quantos *Ninões* apareçam por aí. Nós organizamos um sistema de alerta e de proteção e foi possível evitar que houvesse queimadas que tivessem um caráter destrutivo do meio ambiente.

E dou apenas esses exemplos, para mostrar que não se trata apenas de que a diplomacia brasileira mudou a sua linguagem, com relação ao meio ambiente, mas se trata, também, de que, progressivamente, o Estado brasileiro e a sociedade brasileira se estão organizando, para transformar em prática aquilo que nós pregamos, ou seja, a capacidade de uma convivência respeitosa com o meio ambiente e, ao mesmo tempo, de desenvolvimento do nosso país.

Bom, também num outro item importante nós mudamos sensivelmente a percepção externa sobre o Brasil e o comportamento interno

no Brasil. Eu me refiro aos direitos humanos, matéria que foi muito sensível, em outras décadas, continua sendo de preocupação – é de preocupação permanente para o ser humano – mas o Brasil conseguiu não só definir um programa de direitos humanos, um compromisso de direitos humanos, modificar certas práticas – hoje muitas polícias estaduais têm cursos de direitos humanos, dão uma atenção especial a isso. Nós todos sabemos que a violência não se resolve de repente. Nós sabemos que a sociedade também tem focos de violência, que não são do Estado. E o Estado, muitas vezes, se confronta com esses desafios violentos da própria sociedade.

Mas é inegável que nessa matéria, hoje, o Brasil é um país respeitado lá fora, como um país que tem uma preocupação com a questão dos direitos humanos, e que não confunde a necessidade da ordem, da disciplina, às vezes até da repressão, com a questão dos direitos humanos. E quando há casos – como há – de desrespeitos flagrantes aos direitos humanos, esses casos, quando forem – e foram pouquíssimos – do âmbito federal, são punidos imediatamente. E, quando são de outros âmbitos, a ação do Governo Federal tem sido, consistentemente, a de cobrar a Justiça, para que ela aconteça.

Bastaria mencionar um fato, para que se veja a modificação sensível da percepção do Brasil, nessa matéria. No dia 10 de dezembro, as Nações Unidas, para a comemoração de 50 anos, dará o Prêmio Universal de Direitos Humanos ao Dr. José Gregori, que é o Secretário Nacional dos Direitos Humanos do Brasil. Esse Prêmio é dado a cada cinco anos. As pessoas que o receberam, no passado, são pessoas do porte de Nelson Mandela, o que mostra a mudança da percepção externa, com relação eu não diria à prática cotidiana, no Brasil, mas à ação da sociedade organizada e do Estado brasileiro, como resposta a essa concepção, que é cada vez maior, no mundo contemporâneo, de que os direitos humanos são um bem inalienável que tem de ser valorizado, na ação de governo.

Nessa mesma linha, eu lhes diria que o crime organizado, o narcotráfico e o terrorismo são temas que, também, estão sendo, progressivamente, incorporados à agenda nacional e fazem parte da agenda internacional. Reafirmo o que disse: não estão sendo incorporados porque

fazem parte da agenda internacional. Estão sendo incorporados porque são essenciais para uma sociedade civilizada, democrática, como nós estamos construindo, no Brasil.

Esses temas, também, são muito difíceis. O crime organizado, o narcotráfico, o terrorismo são temas muito difíceis de serem lidados. E, progressivamente, a sociedade brasileira começa a perceber a extensão deles e o seu caráter internacional.

De novo voltamos à globalização. Não existe possibilidade de uma ação contra o narcotráfico, ou sobre o crime organizado, a lavagem de dinheiro – tudo que vem junto – ou o terrorismo, que se limite à fronteira nacional. Porque esses crimes, hoje, são crimes transnacionais. Nós nos estamos preparando, crescentemente, para fazer frente a eles. E nos estamos preparando, de novo, com a consciência de que o processo é um processo global, mas temos que ver quais são os nossos interesses neles.

Não cedemos, nunca, nessa matéria, a algumas tentativas de subordinação das nossas decisões a decisões que não sejam nossas. Compartilhar, em certas circunstâncias, sim. Trocar informações, sim. Eventualmente, ação conjunta, sim. Subordinação nunca, em nenhuma dessas matérias. O que significa que o Estado brasileiro precisa se refazer, e muito, para estar apto a se defender, e aqui estou dizendo, na prática. Porque, se nós não o fizermos na prática, o nosso discurso, que é um discurso de cooperação soberana, independente, passa a ser visto como um discurso de fuga das nossas responsabilidades, nessas matérias.

Mas nós estamos nos reorganizando. Criamos uma Secretaria Nacional Antidrogas, para que possamos ter uma maior competência nessa matéria. Estamos atentos. Ainda recentemente tivemos um incidente com a Colômbia. Há ainda a questão do terrorismo. Em cada um desses atos a nossa decisão é sempre pensada desse duplo ângulo. Sabemos que é um problema geral, sabemos que temos responsabilidades frente ao problema geral. Mas sabemos, também, que temos que olhar a nossa própria capacidade de ação, e guardar os graus de liberdade, para que possamos tomar decisões que nos sejam mais favoráveis e mais responsáveis, tal como nós definimos as nossas responsabilidades.

Nunca aceitamos a mais leve insinuação contrária ao que lhes estou dizendo. Mesmo no caso recente, da Colômbia, nós repelimos com energia uma pequena insinuação que houve. Não porque não estivéssemos preocupados com o terrorismo na Colômbia e com o eventual alcance desse terrorismo em terras nossas. Não porque não nos preocupamos com o narcotráfico. Mas porque, ao mesmo tempo, nos preocupamos, também, em criar as condições para uma ação efetiva, nossa, com a mesma visão que se difunde em nível internacional, mas com a preservação daquilo que é próprio de um Estado nacional, que não vai desaparecer por causa da globalização, que vai se modificar, em função da globalização, mas que vai preservar os valores, que são valores nossos.

Eu quero falar de vários temas, portanto, passo um pouco, assim, *en passant*, um pouco rapidamente sobre os temas, só para lhes dar a sensação e, mais que a sensação, elementos de informação, para que saibam como pensa o Presidente da República e, portanto, o Governo, em matérias tão delicadas quanto essas que eu estou mencionando aqui, nesta manhã.

Pois bem, acho, portanto, que a nossa inserção, em termos desses temas globais, em termos da própria ordem internacional global, tem sido dentro dessa concepção de uma inserção soberana, no processo de globalização que está em marcha.

É inegável, entretanto, que tudo isso terá – e tem – repercussões sobre o Brasil. E aí passo a entrar em assuntos talvez um pouco mais imediatos, mas que são, no fundo, a consequência do que escrevi – e todos sabem – tão rapidamente aqui, nessas palavras introdutórias.

Nós temos que reconhecer que, dado o mecanismo de internacionalização existente, dos processos produtivos, que é pela inserção do Brasil nesse processo global, que o que acontece, no mundo, inevitavelmente tem reflexo aqui, entre nós. E nós estamos assistindo agora, presentemente, a um processo que eu não gostaria de caracterizar como uma crise mundial mas que, sem dúvida alguma, é um processo de uma acomodação de camadas tectônicas, depois de um terremoto.

Na verdade, não é a primeira vez que nós enfrentamos processos dessa natureza. Só no meu Governo, essa é a terceira vez que nós temos

que nos defrontar com desarranjos no sistema mundial, que têm reflexos no Brasil. Depois eu me referirei aos desarranjos que não são do sistema mundial, mas são nossos próprios e, às vezes, há superposição desses dois processos.

Mas o fato é que, com a crise do México, em 94, quando eu assumi o Governo, em 95, logo nos primeiros meses, as dificuldades foram imensas. As pessoas têm – os seres humanos – o dom de esquecer. E é bom que esqueçam, pelo menos o que é ruim. Mas se esquecem, com frequência, e eu vejo, tantas vezes, nos jornais, dizerem: “Ah, mas o Presidente, nos primeiros seis meses, quando tudo estava a favor, não fez isso, não fez aquilo.” Foram os piores primeiros seis meses. Os seis meses iniciais do Governo foram os mais difíceis. Tinha um Congresso antigo, que votava contra, tinha uma crise mundial, que nos afetava. A crise do México foi dia 20 de dezembro de 94. Eu assumi no dia 1º de janeiro de 95. Levamos dois meses discutindo o que fazer com ela.

Quando tentamos mexer na taxa de câmbio – fim de fevereiro – primeiro, as infâncias de sempre: de que teria havido manipulação não sei de quem. Depois as consequências que, também, são de sempre. Ou seja, perdemos 10 bilhões de dólares em março. E as taxas de juros foram lá para o céu. Só resisti porque senão nós teríamos naufragado – e eu já vou dar alguns dados de outros países – naquela crise.

Em 95, segundo semestre, tentamos ajustar, baixar as taxas de juros, ter um 96 mais calmo. Em 97, em plena tentativa de vôo – e diga-se que no ano de 97 o Brasil cresceu 3,67%, apesar da crise – outubro de 97, crise na Ásia, que começou em julho e foi se avolumando. E o pior é que – não sei se é só na política, talvez seja na vida – a lucidez só aumenta o sofrimento. Porque se sabe o que vai acontecer, e não se têm os instrumentos para evitar que aconteça.

Desde julho do ano passado, o Governo sabia que as coisas iam se complicar. Não se sabe quando, não se sabe como, não se sabe em que momento, mas se complicaram, sensivelmente, em outubro. E nós tivemos, novamente, que elevar as taxas de juros para patamares insuportáveis. Dizia-se que o Natal de 97 ia ser o pior da História. Por sorte não foi, foi melhor do que o de 96, e nós superamos a dificuldade. Com isso

eu não quero dizer que não tenhamos perdido muito recurso, nem que não tenhamos tido que fazer um sacrifício enorme. Isso significa, imediatamente, reflexo no plano econômico e no plano social.

De novo, agora, a crise da Rússia. A crise da Rússia nos pegou num momento em que o Brasil tinha setenta e poucos bilhões de dólares em reserva. Em todos os planos de maturação, daquilo que se preparou, para que pudesse ocorrer, no ano final, de alguma maneira, se desorganiza. E de pouco vale dizer que é contágio, porque, na verdade, o lado que é o mais detestável desse processo de globalização é que as pessoas atuam em função rápida da sua percepção de interesses. Percepção.

E mesmo que se diga: "Mas isso não é verdade, temos divisas, vamos pagar, não há problema, não há problema", o problema surge pela própria, digamos, definição dele. É o que os americanos chamam uma "profecia que se auto-realiza". E o comportamento, em certos momentos, do sistema financeiro é o comportamento que eles chamam de "manada", quando há o estouro da boiada, quando um boi sai correndo, os outros vão atrás, e estoura tudo. Esse comportamento típico existe, no sistema produtivo capitalista, desde sempre, só que agora ele é mais rápido. Ele agora se dá em função de mecanismos de percepção – não vou entrar nos detalhes – desses mercados derivativos – eu só vou dar um exemplo, daqui a pouquinho – e, rapidamente, fazem com que os outros comportamentos se condicionem a ele.

Sobre a primeira crise registrada – deve haver outras, mas das que eu li – foi feito, a respeito, um livrinho extraordinário do Professor Glaubert, tem uma crise que ele chama das Tulipas, do Século XVII. Vale a pena ler esse livro, e reler o que aconteceu com a Crise das Tulipas. Tulipa é aquela planta da Holanda. E, de repente, começaram a valorizar as tulipas. Uma tulipa valia 50.000 dólares, uma flor. Para que se veja como esse sistema, com toda a sua racionalidade material, tem uma profunda irracionalidade, no sentido, simbólico, digamos, do que ele signifique. Até que alguém diz: "Não, não vale 50.000, eu não pago." Aí o outro dizia: "Eu também não pago." "Eu não pago." Foi a zero o preço da tulipa. E todo o valor que estava, digamos, materializado, simbolicamente, nas tulipas, desaparece, se queima dinheiro, se queimam os recursos.

Isso aconteceu de novo, agora. Aconteceu de novo, agora, da mesma forma, ou quase da mesma forma. No caso da Ásia, não foram tulipas, foram imóveis. Começa-se a aplicar em imóveis, fazem-se torres, aeroportos, aeroportos imensos, caríssimos, vendem-se ações. Os bancos emprestam. Até que chega um momento, um diz: "Meu Deus, mas eles não vão me pagar." Então, recusa-se a rolar a dívida de um, depois de outro, depois de outro, depois recusa de todo mundo. E aí o valor dos imóveis cai lá para baixo. E as ações dos bancos que emprestaram os imóveis caem, também. E as empresas que têm ações no mercado, depois, caem também. Queima-se valor. Some, desaparece.

Não desaparece a fábrica, que lá está, mas aquilo que simboliza o valor da fábrica, que é a ação, cai. E, quando cai, dá medo de investir e dizem até, não sei se é maldade, "que banqueiro só empresta para quem não precisa". Quando a pessoa precisa, não empresta porque a pessoa não vai pagar, só empresta para quem não precisa, de uma maneira é o que acontece.

Então, nesses momentos – a Rússia foi um pouquinho diferente, eu não vou entrar em detalhes, eu gostaria, mas, não vou cansá-los. A Rússia foi um pouco diferente, mas é assim também, perde aí, só que se soma a bilhões de dólares, bilhões. E é de tal maneira o sistema atual, digamos imaginativo e arriscado, que só num fundo – que foi o que aconteceu nos Estados Unidos – num fundo de longo prazo, manejado, ao que dizem, por dois homens que tinham Prêmio Nobel – esse fundo tinha de capital mais ou menos 4 a 5 bilhões – tomou emprestado 100 bilhões e apostou nos derivativos, uma coisa mais complicada, que aposta no mercado futuro e paga só uma margem, que chamam uma pequena parcela daquilo que terá de pagar. Então, quando você diz: "vai subir tal coisa", e não sobe, tem que pagar. Se o valor daquilo subiu, ganhou 1 trilhão de dólares, 4 bilhões a 5, toma 100 emprestados, aposta 1 trilhão, e de repente, quando vai não pagar, vai cair tudo isso. Para não cair tudo isso, o que fez o Fed – Banco Central americano, o banco de reserva, chamou alguns banqueiros, ele próprio botou dinheiro, substituiu os donos do banco e sustentaram. Mas todo mundo viu que isso aconteceu. E viu que outros fundos também estavam assim.

Por que é que eu estou mencionando isso? Porque uma coisa é crise na Ásia, Sudeste da Ásia. Na Rússia nós não chegamos a tal, mas podia vir. Outra coisa é quando chega no centro do sistema. Chegou. Aí eles despertaram para dizer: "Ah, não é culpa das más políticas econômicas?" Há algo mais, há um sistema que precisa de uma ação. E por sorte, o governo americano entendeu isso, tinha que haver ação, porque a tendência natural é de correr. Então nessa hora baixaram as taxas de juros, os europeus demoraram mais a baixar, mas baixaram também. Por que baixar a taxa de juros? Para nós, aqui, meio ponto, um ponto, para quem está nos juros em que nós estamos, não chega a refrescar. Mas isso significa uma política anticíclica, ou seja, em vez de deixar que a economia imbique pelo medo, porque pode todo mundo quebrar, se diz: "não, vai baixar a taxa de juros." O Fed interferiu, salvou, fez um Proer, tem que fazer, se não faz, cai tudo.

Bom, por que também lhes estou dizendo isto? Porque a partir do momento em que começou a haver esse tipo de intervenção, e eu gritei sobre isso desde 95, em todos os discursos que fiz e todas as vezes que mandei cartas para os presidentes do G-7, todas as vezes que este se reuniu, chamando a atenção para isso. Nós não podemos conviver com essa globalização sem que se criem mecanismos fortes, institucionais, capazes de fazer o contrapeso de eventuais crises, de eventuais desmandos no plano internacional. E todo o sistema mundial foi montado em Bretton Woods. Não foi para isso. Foi para dar liquidez ao problema do comércio entre os países e para resolver quando a balança comercial se agravava, e que o Banco Central perdia as reservas, o país ia quebrar, e aí entra o Fundo Monetário e impõe uma regra para salvar de novo a capacidade de pagamento do banco e defender o dinheiro dos banqueiros, os que apostaram no país.

Agora não é mais isso, agora não é mais isso. Países que estão com as regras em ordem, os déficit lá, os países do Sudeste Asiático, a Rússia não, a Rússia é um caso de desordem agravada, mas não estava nessa situação, e isso afetou e afetou os Estados Unidos. E, portanto, eles tiveram que reagir e não ficar olhando o mercado acontecer, e o mercado corrigir como os ultraliberais querem. Se deixar o mercado corrigir,

ele corrige sim, mas o preço é imenso. Muita gente arrasada, o preço social é muito alto. Então passou a haver uma concepção mais ativa do sistema internacional.

De novo o Presidente Clinton foi o primeiro a fazer uma formulação mais consistente, nessa matéria, num discurso que fez recentemente sobre a questão internacional, e a partir daí, e também, com o apoio do ministro da Fazenda dos Estados Unidos, do Fed também, o Fundo Monetário passou a ser mais ágil, a aceitar que a responsabilidade não é dos países que estão com uma dificuldade, é do sistema mais global.

Até hoje nós não recebemos um tostão que fosse, estamos saindo do túnel negro, da tentativa de arrasar, de novo, o Real. E, agora, saindo melhor, porque hoje, à tarde, o diretor do Fundo Monetário vai anunciar um pacote de cerca de 40 bilhões de dólares para que o Brasil possa mostrar ao mundo que não vai ter problemas com a sua balança de pagamentos e, portanto, que não há por que retirar, correndo, recursos daqui, porque nós teremos como enfrentar o futuro.

E vejam o novo da situação. Esse pacote de 40 bilhões – vai ser anunciado, hoje, à tarde – é para um país que tem 45 bilhões de reserva. Ou seja, não se trata de um país que está com o pires na mão, porque quebrou, mas de um país que insistiu o tempo todo, diante do mundo, e o Ministro Malan disse em Hong Kong, há dois anos, “que nós não podíamos assistir de braços cruzados a esse mecanismo de mercado, de lapidarem a riqueza, que havia de ter mecanismo de contrapeso”. E portanto, também, nós não aceitamos, como nós não aceitamos que ditem as regras do que nós vamos fazer aqui, senão que invertemos a questão. Os senhores lerão o memorando de entendimento com o Fundo, e não terão nenhuma surpresa, porque há um mês, e até mais que isso, eu anunciei que faria, e o Ministro Malan disse quais eram a nossas metas, e nós estamos dizendo: as metas são nossas, porque nós sabemos que temos que colocar em ordem a casa aqui. Agora, nós não precisamos de dinheiro, nesse momento, porque temos reserva, não temos o que fazer com o dinheiro, mas precisamos ter dinheiro virtual, potencial porque se houver alguém que queira fazer, de novo, uma especulação – “não venham, porque tem recursos para bancar, e nós vamos manter o valor da nossa moeda”.

Bem, com isso eu não quero negar que nós não tenhamos que enfrentar uma realidade complexa. E estamos enfrentando essa realidade. Quero lhes falar, também, com toda franqueza: é extremamente difícil operar nesse mundo que eu estou descrevendo – que os senhores conhecem – em que há condicionamentos muito fortes e muito súbitos, de um país com as condições que eu acabei de mencionar de ampla democracia, de carências sociais e de necessidade de crescimento econômico, com restrições orçamentárias.

Nós temos tentado enfrentar todos esses problemas. E temos um rumo para enfrentá-los. Os senhores sabem que o Governo sustentou os programas de desestatização, está tendo êxito nesses programas. Nós continuamos tendo aporte de recursos, aportes tecnológicos nesses programas. Mas, de novo, atuamos aqui, nessa área, com a mesma preocupação com que atuamos nas outras áreas. Não se trata, pura e simplesmente, de dizer: privatiza, e depois o Estado sair da definição de regras. Pelo contrário. Fizemos o que outros países não fizeram, criamos agências reguladoras, como a Anatel, Agência Nacional do Petróleo, a Anel para a energia elétrica, vamos criar uma agência nacional de transportes e essas agências são a forma moderna de o Estado regulamentar e interferir, sem interferência clientelística. Ou seja, ao mesmo tempo nós estamos fazendo uma reforma política sem o dizer, vamos fazer a outra e dizendo, daqui a pouco, as dos partidos, etc. Nós estamos fazendo uma mudança na relação do Estado com o sistema político.

Ainda recentemente, eu fui, pela primeira vez, à sede da Anatel, alguns dos diretores eu não conheço, não me foram indicados por partidos, podiam até ter sido, dependendo dos currículos, mas eu fiz questão de criar a primeira agência a partir de uma base de competência e de honorabilidade. São pessoas que têm competência e honorabilidade, portanto, que podem decidir sem a influência menor, embora a maior tenha que ser do Governo, da linha de governo e da linha política, mas sem a menor influência, no que diz respeito ao clientelismo. Numa dessas agências o recrutamento dos seus técnicos foi feito com “Head Hunter”, caçador de talentos, que é, por exemplo: buscar quem era capaz, quer dizer, deram uma lista e foram assim escolhidos, e não pelos

mecanismos tradicionais da indicação, é amigo, não é amigo, é de tal ou qual partido. Vi, nos jornais, extensivamente, que eu ia dar não sei quanto para o PFL, não sei quanto para o PSDB. Não perguntei a nenhum partido, e muito menos ao meu, se seria para este ou para aquele. Posso ter errado, mas procuramos, pelo menos, marcar uma nova cara do Estado, porque nós vamos ter que valorizar mais o Estado brasileiro. Não valorizar o Estado com o qual estamos acabando, que é o de nomear, nomear, nomear, dar aposentadoria, dar aposentadoria cedo e não ter como pagar, mas o Estado da competência. Há muitos devotados trabalhadores, a burocracia brasileira, a alta burocracia brasileira é devotada e competente e mal paga. O que nós temos é que valorizar mais, mais e mais. Temos uma Escola de Administração Pública criando gestores, ninguém nem fala. Gente que eu não sei quem é, gente jovem que é recrutada, treinada. Nós temos que inundar, como foi feito no DASP, no passado, inundar a burocracia de gente com competência técnica – já existe – mas há que aumentar essa competência técnica.

Pois bem, nós fizemos a privatização, mas não nos descuidamos das agências reguladoras, e temos que criar, fazer com que elas atuem mais fortemente para que o investidor não se sinta dono do mercado, e por consequência dono da sociedade. Não. A sociedade tem que estar ativa, representada, o governo, a sociedade através dessas agências. E fizemos tudo isso, claramente, com lisura, com processo de leilão, etc. Não é fácil, mas estamos modificando a estrutura do Estado. A reforma e o trabalho que nós temos feito no âmbito das áreas sociais é semelhante, na saúde, na educação e na reforma agrária. Na educação, como já está mais claro, também, estamos, digamos, desligando a ação do Ministério e a prática educacional dos controles políticos espúrios, que nomeiam, indicam, fazem favores, e tentando fazer com que exista, crescentemente, a profissionalização.

No caso da educação, nós estamos dando recursos diretamente às escolas, de uma maneira inovadora. Nós pusemos televisão educativa em mais de 50 mil escolas públicas no Brasil. Nós estamos preparando curso de computação para as camadas mais pobres da população, porque no futuro quem não mexer no computador será analfabeto. Nós

estamos fazendo uma reforma de valorização do professor primário – o Governador Marcello Alencar é vítima desse fundo, porque o Estado teve que passar para os municípios os recursos, mas o País não é vítima, é o ganhador, e o Governador entendeu isso. Nós estamos passando os recursos para as áreas mais pobres do Brasil, para os municípios mais pobres, multiplicando por três ou quatro o salário do professor e da professora. Tudo isso é difícil e não vai dar resultado imediato, nem é perfeito, porque eu sei, lá pelos descaminhos da vida, o que acontece no processo de descentralização. E também é preciso incentivar que o grupo local possa fazer projetos bons, não é fácil, mas a mentalidade é outra, na educação.

Enfrentamos a questão da educação no nível intermediário, estamos mexendo, agora, no ensino técnico. Recebemos 500 milhões – ou receberemos – para reformar o ensino técnico no Brasil, para dar uma nova destinação ao ensino técnico. Não conseguimos equacionar o ensino superior até hoje, que é mais resistente, é mais difícil. Não conseguimos aprovar uma lei, no Congresso, com autonomia. Autonomia, sim, mas autonomia implica responsabilidade. Porque é fácil ter autonomia e o Tesouro pagar. Não. Tem que haver uma regra em que exista uma proporção do recurso. Aí, sim, sejam autônomos, na gestão do recurso. Agora, recurso indefinido e autonomia plena significam o caos – é deficitário automaticamente e é empreguismo, automaticamente. Não estou dizendo que todos atuem assim, mas é preciso mudar a mentalidade, nessa direção. É preciso mudar muito a mentalidade nas Universidades.

Eu fui, a minha vida toda, professor de Universidade, aqui e lá fora. Conheço, tenho respeito. Mas sei, também, que existem abusos. Sei que existem muitas situações nas quais o professor dá duas, três aulas por semana. Há outras em que dá durante um semestre e não dá no outro, para fazer pesquisa. Poucas Universidades fazem pesquisa. Cinco ou seis, no Brasil. Não mais. Num país como o nosso – e todos os países são assim – algumas pessoas vão fazer pesquisa e outras vão fazer ensino. Mas não vamos fingir que estamos fazendo pesquisa e fazer ensino, e ganhar, além do ensino, a pesquisa, que não é feita. É preciso ter coragem para dizer as coisas, e enfrentar.

Eu já pedi ao Ministro Paulo Renato e vou pedir com insistência, que essa questão da Universidade seja enfrentada com muita clareza, com muita força. O que estiver errado, de nossa parte, também, tem que ser refeito. Mas é preciso ter coragem para dizer as coisas como são, para que possamos mudar. E nós temos boas universidades.

Da mesma maneira, nessa área de educação, nós temos que cuidar, extremamente, da ciência e tecnologia. Mas já salto para outro: na saúde não é diferente o movimento do Governo. O que estamos fazendo com a saúde? Além de conseguirmos regularizar o que nunca se tinha regularizado, que é o pagamento dos hospitais, o SUS, modificamos os procedimentos. Fui Ministro da Fazenda e sei do inferno que eram as greves do SUS e o atraso no pagamento. Três, quatro, cinco meses de atraso. Nós não temos um mês de atraso mais. O Ministro Serra está fazendo um esforço imenso para acabar com a corrupção na vigilância sanitária e em várias áreas da saúde.

Além disso, mudamos, também, a concepção. O SUS é necessário, ou seja, a assistência hospitalar. Nós fizemos uma coisa chamada PAB – Plano de Assistência Básica. Esse Plano de Assistência Básica faz com que o Estado e o município se encarreguem, de novo, da questão relativa ao atendimento imediato, que não é para hospital, é para os postos de saúde que foram morrendo pelo Brasil afora, em benefício dos hospitais. Hospitais esses que passaram a ser caríssimos – quase incontroláveis e ingovernáveis, como sabe o Governador Marcello Alencar. E máfias se aninharam nos hospitais. Máfias. E, agora, estamos destruindo essas máfias – máfias que matam, que se aninharam nos hospitais. Estamos refazendo isso para que, de novo, os postos de saúde possam existir, para que haja uma triagem e para que possam chegar aos hospitais os casos que são de hospitalização.

Eu sei que há carências. Eu sei que há erros meus, do Governo, dos governos. Mas a direção é essa. Demos muita atenção aos agentes comunitários de saúde. Multiplicamos por dezenas de milhares o número de agentes comunitários de saúde que, nas áreas pobres do Brasil – e temos que introduzi-los nas cidades, também – atendem, com o médico de família, às famílias. Foi isso que permitiu baixar – como baixou –

fortemente a mortalidade infantil. A mortalidade infantil baixa com duas coisas: saneamento básico, sobretudo água, e médico de família, agente comunitário de saúde. E aí, de novo as Forças Armadas têm tido uma colaboração imensa, na Amazônia, no Nordeste. Estamos procurando dar exemplo, com a Universidade Solidária, de levar estudantes para participar desse processo de atendimento básico às populações.

Pois bem, isso tudo, na educação, na reforma agrária. Não conseguimos, este ano, chegar a 100 mil, mas fizemos, no conjunto, 280 mil famílias assentadas. Isso é mais do que tudo que foi feito, na história do Brasil. Agora é outro momento. Resta perguntar sobre a qualidade do assentamento. E é preciso haver, aí, uma modificação profunda, com coragem. Não há por que temer ao primeiro grito dos senhores que comandam o MST, porque nós temos a consciência de que estamos fazendo o melhor para o País e para o povo. Mas também não há possibilidade, mais, de gastar-se bilhões – que é o que custa – com títulos da dívida agrária, desapropriando, criando-se, às vezes, até pressões por desapropriações indevidas e não se cobrar o resultado do assentamento.

Enquanto nós temos milhões de famílias de pequenos agricultores, que também precisam de atendimento e que não têm tido, embora tenhamos criado o Pronaf, que é o programa de financiamento a juros baixos, este ano é de 5,75% a taxa de juros, que não obedece às outras taxas. Apesar disso é preciso dar mais atenção e é preciso haver todo um esforço na chamada agricultura familiar e fundir os assentamentos com agricultura familiar. E mesmo que seja em desmedo do crescimento do número de assentados, porque é preciso saber se esses assentados estão produzindo ou se é uma nova camada de funcionários públicos do campo, sem trabalho definido. Nem todos são assim, é preciso separar o joio do trigo. Mas é preciso, de novo, olhar com mais atenção essa questão da reforma agrária para fazer, de forma efetiva, a incorporação de populações à produção no campo e não, simplesmente, um movimento político de ocupação de terras sem limite. E, ao mesmo tempo, atentar para os recursos que vão, vão sem controle e que passam a ser, digamos, apropriados pelos setores que estão se movimentando em favor da reforma agrária. Não nego a importância deles. Sempre fui

favorável à reforma agrária e continuo sendo. Não nego a importância da mobilização feita pelo MST, mas não aceito a politização indiscriminada e a transformação da reforma agrária em bandeira de luta, para forçar o Governo a correr atrás de metas que não são factíveis, num dado momento da sociedade brasileira. Temos que repensar, com a mesma coragem com que temos de fazer o *mea culpa*. Nós, também, das Universidades, temos que repensar todo esse problema, esse programa de assentamento rural, para dar-lhe mais solidez.

Bom, são muitos, portanto, os problemas com que nós vamos nos defrontar nos próximos anos. Temos uma questão muito especial, ainda nessa área social, que é a taxa de desemprego que, como todos sabem, nesta altura deve estar em 7,8%, o que é muito elevado, porque a taxa histórica do Brasil é de 5%. Claro que há muitas maneiras de olhar o desemprego. Alguns falam em 18, 20% e se esquecem de dizer da metodologia. O Dieese, que faz esse tipo de pesquisa, questiona pessoas de dez anos para cima. Aí, as crianças são desempregadas.

O objetivo é outro. Nós estamos mudando demograficamente a composição da nossa população, como os senhores sabem. A população está diminuindo a sua taxa de crescimento. Hoje, deve estar por 1,3%, comparado com 3% há 20 anos. Hoje, nós ainda temos uma oferta de mão-de-obra que é reflexo das taxas mais elevadas. Essa oferta vai diminuir no tempo, não vai aumentar, se a taxa de crescimento se mantiver ao redor de 4%, 5%, e é difícil ultrapassar.

O Brasil, hoje, é um país de 1 trilhão de dólares de PIB. Ninguém ouviu falar dos Estados Unidos crescendo assim, nem da França. Com essa massa de PIB. A taxa é menor. Mas, se, ao mesmo tempo, a taxa de crescimento demográfico for menor, a renda *per capita* aumenta, a despeito das duas taxas, porque as duas taxas variam simultaneamente. Se for para cima, melhor, é de crescimento. E a demográfica para baixo é melhor. Nesse momento, nós ainda estamos sob o efeito das altas taxas, isso é declinante. Nós estamos sob o efeito de cinco fatores.

Um, realmente as taxas de juros, a perda de *élan* na economia. Dois, a modificação do processo produtivo – cada vez menos se emprega na indústria, e cada vez mais nos serviços. Três, nós estamos ainda rece-

bendo uma massa, incorporando na força de trabalho, gente que nasceu há muito tempo e, portanto, muita gente. Quatro, nós estamos incorporando mulheres à força de trabalho. Isso é importante. Hoje, a força de trabalho brasileira é quase meio a meio. Homens e mulheres. Poucos países do mundo tiveram uma transição tão rápida, uma incorporação tão rápida de tantas mulheres à força de trabalho. Foi um fenômeno importante e positivo, que aumenta a renda familiar, dá autonomia à mulher, dá capacidade de ela ser mais agressiva nas suas demandas. Então nós temos também isso. E quinto, nós ainda não conseguimos ampliar o período de escolaridade. E o bom é que a pessoa entre mais tarde na força de trabalho. Esses são os desafios, daqui para frente, no que diz respeito a emprego: manter taxas de crescimento e isso depende de taxas de juros e outros fatores mais. É preciso manter isso, é preciso aumentar a escolaridade, vai diminuir a oferta de mão-de-obra. As mulheres já estão incorporadas à força de trabalho. Portanto não há por que projetar para o futuro do Brasil, o futuro da Europa, nessa matéria. De novo, são as cassandas.

Isso não quer dizer que estejamos contentes com a taxa de desemprego, nem podemos negar que esse seja um problema dramático no Brasil, como é em toda parte do mundo, mas é preciso fazer frente a ele qualificando a mão-de-obra. Temos muitos programas – não vou cansá-los – de qualificação da mão-de-obra, porque a mão-de-obra não qualificada será inimpregável. E o que está sendo feito, inclusive nas leis que tenho mandado para o Congresso, são tentativas de que a empresa, em vez de demitir, mantenha o empregado lá. Nós pagamos o seguro-desemprego, mas eles qualificam o trabalhador, para que ele possa encontrar um outro emprego. São muitos os desafios, mas nós temos condições de enfrentá-los.

Antes de falar na questão mais específica, e quero falar-lhes, também, sobre a questão das Forças Armadas e da defesa nacional, eu quero lhes dizer que, no que diz respeito ao que acabei de descrever, ou seja, a situação internacional, os seus reflexos sobre o Brasil, a maneira como nós estamos reagindo a esses reflexos, os problemas sociais que temos que enfrentar e como pretendemos enfrentá-los, nos próximos anos,

quero falar-lhes, mais especificamente, só sobre uma questão, antes de abordar a questão específica das Forças Armadas.

Qual é essa questão? Nós temos que retomar o crescimento. Eu lhes disse que, no ano passado, crescemos à taxa de 3,77%. Só se sabe quanto se cresceu no ano seguinte. Até chegar o ano seguinte, os prognósticos são sempre os piores possíveis. Eu nunca aceitei. Sempre aceitei que o Brasil não pode se condenar à mediocridade no crescimento, tem que ter otimismo e tem que fazer tudo para que não aconteça a previsão catastrófica. E não vai acontecer.

Há muita discussão – vê-se pelos jornais – da questão internacional do Brasil, da reação do Brasil, etc. Já lhes disse, com toda a franqueza, que nós temos que adequar o gasto público ao que o Governo recebe. Não lhes quero omitir um dado, que me parece impactante. Qual seja: o Brasil, hoje, tem um déficit de mais ou menos 7% do seu PIB. Isso é muito elevado, 7%. Desses 7%, 6% referem-se ao pagamento do serviço da dívida, 6%. Um por cento corresponde, efetivamente, à diferença entre ingressos e despesas do Governo, incluindo a Previdência. Se eu incluir todas, aí complica mais.

Bom, então, qual é a pergunta e o que é que se vê nos jornais, todos os dias? Mas por que fazer o aperto fiscal, se a questão são os juros? Se baixar um ponto dos juros – eu vi ainda hoje – baixa 1,6 bilhões do déficit. É verdade. Agora, como é que eu baixo os juros? Por um decreto? Os senhores se recordarão que, quando houve a última subida de juros, no mesmo dia, pela manhã, eu havia declarado que não haveria subida de juros, e o Ministro Malan também. E à noite subiu. Porque não é o Presidente quem manda nos juros, nem é o Ministro da Fazenda, é o mercado.

Quando chega na hora de rolar a dívida, quando os que têm o dinheiro não aceitam a taxa, é o limite. E por que eles não aceitam a taxa, quando chega a um certo patamar? Fundamentalmente, porque fazem um juízo, certo ou errado, de que, num dado momento, o Governo não terá capacidade de pagar. E por que é que o Governo não terá a capacidade de pagar? Então, eles querem uma taxa rápida, para eles se preverem quanto a esse momento. Um pouco é jogo, mas um pouco é a realidade.

No jogo, eu não posso influenciar, a realidade a gente tenta influenciar. Qual é a realidade que está por volta disso? A realidade é aquela que eu lhes disse aqui: é que, efetivamente, nós temos um déficit, e que esse déficit é crescente. E o volume da dívida cresce, porque nós não pagamos a dívida há muito tempo. Nós rolamos a dívida. Ou seja, nós emitimos títulos.

E esses títulos chegaram a um certo ponto, a base deles é tão grande que, mesmo que eu desça a taxa de juros ou que o mercado aceite a taxa de juros, o Governo não terá dinheiro para pagar. E, aí, entra-se num brete, como se diz em linguagem gaúcha, numa armadilha. E isso é preciso evitar.

Algumas pessoas dizem: "Mas, meu Deus, o Governo subiu a dívida pública imensamente." Será? O que aconteceu? As reservas são uma parte da dívida pública reconhecida, porque, quando entra dinheiro, o Governo tem que, imediatamente, emitir um título para o mercado. Porque, senão, o dinheiro que entra, de fora, vira Real. E, quando vira Real, tem que emitir o Real. E, se emite o Real, vem a inflação. Então, cada bilhão de dólar que entra é um bilhão de títulos que se apresenta ao mercado, para enxugar o mercado. Chama "enxugar a liquidez". Acabei aprendendo um pouquinho de economia. Enxugar a liquidez, para poder evitar que venha a inflação.

Então, uma parte da dívida é a expressão, em títulos, das reservas. Outra parte é o fato de que o Governo Federal fez o chamado "saneamento dos Estados". Os Estados já estavam devendo. Mas deviam e pagavam, no mercado, para sermos generosos, 30% ao ano. O que fez o Governo Federal? Tomou a dívida dos Estados – os títulos dos Estados – emprestou aos Estados a 30 anos de prazo, com taxa de juros de 6%. E paga a diferença o Governo Federal.

Quando São Paulo foi saneado, isso significa que passou a conta de 50 bilhões, para o Governo Federal. E todos foram saneados e tinham que ser. Porque, naturalmente, quando se faz isso, também se está salvando que o Estado vá à bancarrota. E, no mundo, ninguém quer saber se o Governo Federal vai bem. É o chamado "déficit consolidado". Se o Governo Federal vai bem e o estadual vai mal, dá no mesmo. Então, o

Governo Federal pega e assume a responsabilidade. Aumenta, na estatística, a dívida do Governo Federal, mas ela já existia. Depois, nós fizemos o que se chama “reconhecimento de esqueletos” – linguagem inadequada –, dívidas que não eram confessadas. Só ao Banco do Brasil nós demos 8 bilhões de dólares, para ele não quebrar. Oito bilhões. O Brasil é grande, tudo é muito caro, é muito bilhão.

Tem uma dívida chamada FCVS, que é coisa que vem lá do passado. Sabem o que é isso? É que, quando foi feito o financiamento de casa própria, no passado, foi feito subsidiado, sem dizer. E se jogaram títulos. Então, são bilhões, aí são muitos bilhões. Ninguém falava no assunto, mas o Governo ia devendo aos bancos e rolando. Nós, agora, pegamos esse dinheiro, confessamos que temos isso aí em dívida. Então, vai título. E assim vai.

Então, uma parte do crescimento da dívida é a expressão de um movimento para mostrar às claras o que o Brasil devia. Não é que o Governo se endividou nesse momento, não pegou dinheiro para gastar. Reconheceu dívidas internas e assumiu a responsabilidade por elas. Essas dívidas não são em dólares.

O ilustre professor, famoso, ilustríssimo, deu um susto no mercado, porque disse que o Brasil não ia poder pagar a dívida interna, porque os investidores estrangeiros não iam financiá-lo. Disse besteira. Essa dívida é totalmente financiada aqui dentro, em parte pelo compulsório. Aqui dentro, essa dívida não explode. Agora, quem diz isso diz, talvez, ingenuamente, mas tem efeito no mercado imediatamente e assusta os investidores.

Bem, então, essa dívida tem que ser resolvida. Por que o aperto fiscal sobre um, se deve seis? Porque, se eu não mostrar que esses seis vão estancar – vão diminuir, é verdade – mas que a proporção do endividamento global, com respeito ao PIB, vai parar, ninguém vai acreditar que, daqui a cinco anos, o Brasil dê certo. Como é que eu paro o crescimento disto? Pagando. Como é que eu pago? É fazendo o que nós nunca fizemos.

O orçamento da República, o que aparece na forma de juros, não é dinheiro que entra, é título que sai. É uma ilusão nossa. O Brasil está se

iludindo de que, emitindo títulos, vai ter dinheiro para fazer o que nós queremos: fazer mais pontes, mais estradas, mais aviões, mas não tem esse dinheiro. O pouco que está existindo, é porque nós não estamos pagando. Daí a necessidade da correção desse desvio. Tomei a decisão de fazê-lo de uma só vez em 99. Vai ser duro, para mim, para os ministros mas, sobretudo, para quem vai sofrer as consequências. Mas é melhor fazê-lo. Dizendo, como eu estou dizendo, com toda a franqueza, o porquê. Pedindo ao Congresso, que tem sido, novamente, compreensivo, as medidas necessárias, para nós sairmos dessa armadilha, e aí sim, eu poder baixar os juros sem ter que alguém, no mercado, dizer: "não, essa não" e levantar de novo. E sem ter, digamos, essa pressão do sistema financeiro internacional que, indevidamente, compara o Brasil à Rússia, mas ele vai apresentar sempre um dado, como se fosse objetivo, de que o Brasil não conseguiu fazer o que eles gostam de dizer, irritantemente, "sua lição de casa".

Eu acho que chegou a hora de nós, que já fizemos tantas coisas, que já tivemos tanto trabalho, que nos empenhamos tanto para fazer deste país um grande país, resolvermos essa questão. É por isto que nós estamos preparando, e preparados, e vamos enfrentar a necessidade do ajuste fiscal, e que terá que ter como contrapartida, efetivamente, a baixa da taxa de juros efetiva. É por isso que, nesse momento de dificuldade internacional, essa vinda de 40 bilhões para aumentar as reservas é importante, porque aumenta o que é essencial, que é o investimento. E se nós tivermos investimento e baixarmos a taxa de juros haverá crescimento, e havendo crescimento, os problemas que eu mencionei, aqui, passam a ser manejáveis com mais facilidade.

Essa é, digamos assim, a lógica da situação que eu lhes estou expondo, aqui, com toda a franqueza. Não há imprudência nisso, porque é a verdade. É muito melhor dizer a verdade do que ficar camuflando aqui e ali. É por isso que estamos jogados nessa luta. Nessa luta as Forças Armadas têm tido uma compreensão excepcional. Nós modificamos muita coisa, os senhores sabem disto. Eu agradeço aos ministros e agradeço a todos, aos comandos e a todos.

Nós conseguimos nesses anos ter uma relação entre o Governo – o Presidente – e as Forças Armadas que é – não da minha parte mas, dos outros – exemplar, exemplar. Quando são necessários apertos, não apertos financeiros, dificuldades, é claro, o Ministro reclama: joga a culpa no Ministério da Fazenda, no Orçamento. Aquelas pessoas que são sádicas, mas nós, no fundo, todos sabemos, qual é a razão. E temos tido um apoio grande.

E nós modificamos muitas coisas nas Forças Armadas. Nós fizemos uma política de defesa nacional, que foi apresentada, que foi feita, digamos, solidariamente, pelos ministérios militares e ministérios civis que têm a ver com isso: Relações Exteriores, Assuntos Estratégicos, Casa Civil. Apresentamos ao Congresso. Nós hoje temos objetivos nacionais compartilhados. A presença das Forças Armadas na vida nacional, hoje, é uma presença automática, espontânea e natural. Revelados nas pesquisas pela credibilidade que têm, do ponto de vista da população, quer dizer, nós hoje temos uma integração das Forças Armadas ao País. Dá orgulho a existência desse tipo de relacionamento, que é um relacionamento maduro, um relacionamento produtivo.

Tomei decisões, não preciso me referir a quais, difíceis, que eu sei, e contei com a compreensão de cada um dos corpos militares, para resolver pendências antigas. Determinei que nós iríamos criar o Ministério da Defesa, e nós vamos criá-lo. Como? E o Chefe do Estado Maior foi a pessoa incumbida dos preparativos desse material, e durante não sei quanto tempo, mais de ano, tem havido uma cooperação permanente das Forças na definição do Ministério da Defesa. Nós não queremos fazer uma imitação de Ministério de Defesa. Não me interessa criar Ministério da Defesa porque o país tal tem Ministério da Defesa. Isso não é argumento. A questão que se coloca é saber: que tipo de Ministério da Defesa é consentâneo com os nossos interesses. Nós não temos que imitar ninguém. Primeiro, se é preciso mesmo, se vale a pena. Segundo é, se vale, o que é que vale a pena.

Eu tenho participado, só indiretamente, dessas discussões, porque acho que é discussão que tem que amadurecer no seio das Forças Armadas. Claro que, como Presidente da República e comandante supre-

mo, podia, no primeiro dia, determinar. Os ministros sabem que não foi isso que eu fiz. Eu disse, eu queria fazer, mas pedi que me aconselhassem, até mesmo me desaconselhassem, se fosse o caso. Mas que se fizesse alguma coisa que fosse a expressão de uma construção nossa, que incorporasse, numa convergência, a vontade das próprias Forças Armadas.

É matéria delicadíssima em qualquer parte do mundo. É aqui também. Mas tem que ser feita de uma maneira sincera. Eu não sou homem de urgências. Vivo sendo criticado por isso. Não é por ser timorato, não. É porque já tenho experiência de vida – como muitos aqui têm. E certas questões, não adianta ter uma vontade de império, tem que haver convencimento. Tem que ser compartilhada a decisão. Eu sei da minha responsabilidade e do meu poder, para dizer de maneira direta. Mas o poder que não é aceito, é imposição. O poder só é legítimo quando quem obedece tem o sentimento de que a ordem emanada é uma ordem que tem legitimidade, que merece ser compartilhada. É uma obediência que não cega, é uma obediência que deriva da compreensão do momento. É claro que algumas pessoas têm que tomar decisões e, quando é necessário, tomo a decisão.

No caso de modificações, eu não me refiro só à questão dos militares, eu acho da mesma maneira com relação aos ministérios civis, e vou mudar alguns também. Quanta gente diz: “você faz, faz isso”. Eu nunca faço assim. Acho que é muito melhor motivar. Que é muito melhor liderar do que impor, se for necessário imponho, aqui nunca foi necessário, nunca foi necessário. Nenhuma decisão minha, nessas matérias militares, teve caráter de imposição, porque não foi necessário. E eu espero que não venha a ser nunca. Eu acho que é muito melhor que haja uma compreensão.

Então, nós vamos enviar, brevemente, ao Congresso, uma lei. Os ministros estão mais do que informados, são partícipes da decisão, e não só eles, todos os comandos são. Em uma matéria dessa natureza não há necessidade de dizer: ou faz já, ou não vai acontecer. Vai acontecer, vai acontecer. Vai se fazendo na medida do que for produtivo, com a consciência do desafio que nós vamos ter pela frente, e também com

essa tranqüilidade de que nós estamos convencidos de que estamos fazendo isto. Porque nós queremos coordenar e integrar melhor as Forças Armadas e ter uma adequação dela à nossa realidade: haver uma racionalização administrativa, aumentar a eficiência. Enfim, com os melhores propósitos.

É a primeira vez que digo de forma taxativa, numa reunião dessa natureza, que me parece adequada, digo que nós vamos fazer – não digo surpresa para ninguém – eu próprio ainda não conheço os detalhes, os detalhes são dos senhores. O Ministro Malan costuma dizer que “o diabo está nos detalhes”, talvez esteja, e eu prefiro não estar perto dele. Mas, de qualquer forma, eu acho que é o momento importante. Eu gostaria de que as Forças Armadas vivessem este momento com satisfação, sem receios, com responsabilidade. Com sentimento de que se está buscando fazer o melhor para as Forças Armadas e, portanto, para o Brasil, neste momento. E que eu tenho certeza de que esse sentimento não advém, simplesmente, de uma crença, mas advém do conhecimento da vida, da minha participação – que é grande o mundo, por aí afora. Nós vamos entrar no próximo milênio, a despeito das dificuldades – que eu aqui mencionei, e que são óbvias –, melhor do que entrariamos, se não tivéssemos a coragem de tomar decisões, que são necessárias no momento necessário.

Quero terminar agradecendo a compreensão que os senhores têm tido para com os problemas nacionais, e lhes dizendo que, da mesma maneira que há quatro anos, quando vim aqui, vim cheio de entusiasmo, eu continuo cheio de entusiasmo a despeito das dificuldades, a despeito, às vezes, até mesmo das incompreensões, das injustiças e mesmo das impertinências que são próprias da vida pública. Tenho encontrado um apoio muito grande do povo, que vota em mim. Mas eu tenho encontrado um apoio muito grande nas forças organizadas do Brasil, em particular das Forças Armadas, e podem ter a certeza de que, como comandante supremo, eu não farei nada, nada, que não seja do interesse do Brasil e das próprias Forças Armadas.

Muito obrigado.